



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA
Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PROCESSO Nº 2022.03.08.0012, de 08/03/2022.

REQUERENTE: Secretaria Municipal de Administração

ASSUNTO: Análise da Minuta de Edital de Pregão Eletrônico.

PARECER Nº 209/2022 – PGM

I – DO INTRÓITO

Trata-se de solicitação encaminhada a esta PGM da lavra do Secretário Municipal de Administração, Dr. Leonardo Mendes Aragão, em atendimento ao art. 38, da Lei Federal nº 8.666/1993, para proceder à análise da Minuta de Edital do **Pregão Eletrônico oriundo do processo administrativo em epígrafe** e seus anexos, do tipo **Menor Preço**, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na Execução dos Serviços para Manutenção Preventiva e Corretiva da Iluminação Pública e com isso, atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas, sob a Rubrica Orçamentária da Secretaria Municipal de Administração de Anajatuba/MA, conforme encaminhamento alhures citado às fls.03-04, sob a chancela do Secretário de Administração, Dr. Leonardo Mendes Aragão.

Convém informar que constam dos autos Projeto Básico às fls.05-51, com a chancela do Engenheiro Elétrico Bruno Adrian Silva Costa, CREA 111716988-0, com Mapa de Orçamento – Curva ABC dos Serviços às fls.52-58, com aprovação do referido Projeto Básico pelo Ordenador de Despesas, Dr. Leonardo Mendes Aragão, às fls.59. Ato contínuo, consta Solicitação de Rubrica Orçamentária para cobrir a despesa, cujo valor apurado, orçou a média estimada de R\$ 1.615.879,00 (um milhão, seiscentos e quinze mil, oitocentos e setenta e nove reais), conforme consta dos autos em epígrafe, às fls.60.

Em despacho às fls.61, o Contador JADEVALDO CUZ RIBEIRO, CRC nº 013047/O-5 MA sugere a continuidade do processo, e após a realização do procedimento licitatório e antes da assinatura do contrato firmado com base na respectiva ata de registro de preços e o seu retorno, para fins de comprovação da existência de dotação orçamentária com saldo suficiente para custeio de despesas. **À luz da legalidade estrita, esta PGM constatou quanto à essa possibilidade, na forma do Decreto nº 7.892/2013, em seu art.7º, § 2º, que diz:** Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, portanto perfeitamente aplicável no caso concreto.

Ato contínuo, consta também dos autos, Solicitação e Parecer de Conformidade nº 110/2022-CGM, devidamente assinado pelo Controlador Interno, Dr. Gicivaldo Nunes Machado (fls.62-64). Em seguida, o Ordenador de Despesas alhures citado, aprovou e autorizou quanto a abertura de procedimento licitatório na Modalidade Pregão Eletrônico tipo menor preço por item, conforme documento às fls.65 e com juntada de Termo de Designação de Pregoeiro pela Presidente da CPL NAIARA BARBOSA PEREIRA, às fls.66 e Juntada de Portaria e Publicações às fls.67-69 e ao final, Autuação do Processo pelo Pregoeiro THIAGO MENDES DA SILVA às fls.70, encaminhamento às fls.71 e Minuta de Edital e Anexos às fls.72-189.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O valor global estimado para a pretensa contratação é de **R\$ 1.615.879,00 (um milhão, seiscentos e quinze mil, oitocentos e setenta e nove reais)**, conforme consta dos autos em epígrafe, às fls.60.

O presente processo licitatório encontra-se instruído, constando nos autos os seguintes documentos que passarei a decifrar:

- Capa do Processo (fls.01);
- Termo de Abertura de Processo (fls.02);
- Encaminhamento do Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras, Ricardo Breier ao Secretário Municipal de Administração, Dr. Leonardo Mendes Aragão (fls.03);
- Despacho ao setor de engenharia para elaboração de Projeto Básico (fls.04);
- Projeto Básico e anexos (fls.05-58);
- Aprovação do Projeto Básico (fls.59);
- Encaminhamento ao setor contábil quanto à existência de dotação orçamentária assinada pelo Secretário Municipal de Administração, Dr. Leonardo Mendes Aragão (fls.60);
- Despacho Setor Contábil assinado pelo Contador Jadevaldo Cruz Ribeiro, CRC nº 013047/O-5 MA (fls.61);
- Solicitação de Parecer de Conformidade encaminhado ao Controle Interno (fls.62);
- Parecer do Controlador Interno (fls.63-64);
- Autorizo de Instauração de Processo Licitatório assinado pelo Secretário Municipal de Administração, Dr. Leonardo Mendes Aragão (fls.65);
- Termo de Designação de Pregoeiro e Equipe de Apoio, Portaria e Publicação (fls.66-69);
- Autuação do Processo (fls.70);
- Encaminhamento à PGM (fls.71);
- Edital de Minuta e Edital e Contrato de Pregão Eletrônico e anexos (fls.72-189);
- Despachos e Encaminhamentos pertinentes.

De início, convém mencionar que o processo terminou a fase interna, cuja análise se deu através do Parecer nº 149/2022-PGM, de 08/07/2022, às fls.190-194. Ato contínuo, foram juntados os seguintes documentos: EDITAL E ANEXOS – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2022 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS e Publicações (fls.195-319); Juntada de Proposta de Preços da empresa MAS SERVIÇOS ENGENHARIA LTDA, CNPJ Nº 10.763.931/0001-03 (fls.319-342); Juntada de Proposta Readequada e Diligências (fls.343-388); Juntada de Proposta Readequada e Diligências da empresa W B SOLUÇÕES E ENGENHARIA LTDA, CNPJ Nº 31.617.831/0001-30 (fls.389).

Cumpra mencionar também que o processo em fase de Juntada de Proposta de Preços Readequada da empresa algures mencionada, o Pregoeiro THIAGO MENDES DA SILVA, encaminhou os autos à Diretora de Engenharia AMANDA D'FÁTIMA MENDES SOUSA às fls.390. Ato contínuo, a Diretora de Engenharia, apresentou Laudo Técnico acerca de análise técnica da documentação apresentada pela Licitante no Pregão Eletrônico nº 043/2022 – Análise da Proposta de Preço, sendo que em Parecer Técnico às fls.391-393, a Diretora de Engenharia AMANDA D'FÁTIMA MENDES SOUSA apresenta Laudo Inconclusivo e encaminha à Comissão Permanente de Licitação, onde ato contínuo, faz-se nos autos a Juntada de Proposta de Preços às fls.394-434. No Volume 2 dos autos, o Pregoeiro THIAGO MENDES DA SILVA, deu sequência ao processo e também fez juntada de Documentos de Habilitação da empresa CGS CONSTRUÇÃO E GESTÃO DE SERVIÇOS EIRELI, CNPJ Nº 30.839.331/0001-80 às fls.435-507; Juntada de Validação de Documentos de Habilitação da empresa CGS CONSTRUÇÃO E GESTÃO DE SERVIÇOS EIRELI, CNPJ



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Nº 30.839.331/0001-80 (fls.508-535); Juntada de Proposta Readequada e Diligências da empresa CGS CONSTRUÇÃO E GESTÃO DE SERVIÇOS EIRELI, CNPJ Nº 30.839.331/0001-80 (fls.536-621); Juntada de Recursos, ContraRrazões e Decisão (fls.622-730); Encaminhamento à Diretora de Engenharia AMANDA D'FÁTIMA MENDES SOUSA (fls.731-800). Já em novo Parecer Técnico, a engenheira AMANDA D'FÁTIMA MENDES SOUSA, também emite parecer inconclusivo, repisa-se, não nos competindo adentrar no Mérito Administrativo e nem tampouco analisar os critérios de conveniência e oportunidade da administração, até porque o parecerista a que abaixo subscreve não é ordenador de despesas. Já à fls.805-822, sendo que a página 821, encontra-se em branco apenas numerada e rubricada com um "F".

Em Termo Decisório às fls.823, o Ordenador de Despesas Dr. Leonardo Mendes Aragão, após analisar o Recurso Administrativo interposto pela Empresa CGS CONSTRUÇÃO E GESTÃO DE SERVIÇOS EIRELI – CNPJ Nº 30.839.331/0001-80, **Decidiu por NEGAR PROVIMENTO** ao recurso administrativo impetrado pela recorrente, mantendo assim a decisão que classificou e habilitou a empresa CGS CONSTRUÇÃO E GESTÃO DE SERVIÇO EIRELI, **repetindo o mesmo documento às fls.824.**

Às fls.825-838 dos autos em epígrafe, consta ATA FINAL, além de VENCEDORES DO PROCESSO às fls.839; TERMO DE ADJUDICAÇÃO às fls.840, RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO, COM RESULTADO DE ADJUDICAÇÃO às fls.841, com RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 043/2022 e Publicações (fls.842-844), com RELATÓRIO COM RESULTADO DE ADJUDICAÇÃO às fls.845 e reenvio à PGM para análise às fls.846.

Percebo, que o valor global estimado para a pretensa contratação é de **R\$ 1.615.879,00 (um milhão, seiscentos e quinze mil, oitocentos e setenta e nove reais)**, conforme consta dos autos em epígrafe, às fls.60.a partir do que consta da ATA FINAL, além de VENCEDORES DO PROCESSO às fls.839; TERMO DE ADJUDICAÇÃO às fls.840, RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO, COM RESULTADO DE ADJUDICAÇÃO às fls.841, com RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 043/2022 e Publicações (fls.842-844), com RELATÓRIO COM RESULTADO DE ADJUDICAÇÃO às fls.845, **o valor total adjudicado passou a orçar R\$ 1.050.000,00 (um milhão e cinquenta mil reais)**, o que revela uma baixa de R\$ 565.879,00 (quinhentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e setenta e nove reais), em relação aos critérios de vantajosidade e economicidade na pretensa contratação.

É o breve relatório. Passamos a opinar.

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

1. Considerações iniciais

Importante salientar que o exame dos autos processuais se restringe aos seus **aspectos jurídicos**, excluídos, portanto, aqueles de **natureza técnica ou administrativa**. Em relação a estes, partiremos da premissa de que a autoridade competente se municiou dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA
Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

2. Da análise da demanda

A primeira fase da licitação encontra-se disciplinada em linhas gerais no art. 38 da Lei nº 8.666/93, no qual faremos uma comparação entre os requisitos contidos nos incisos do referido artigo e a Minuta do Edital apresentada pela *Comissão de Licitação do Município de Anajatuba/MA*. Vejamos:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo **[feito]**, devidamente autuado **[feito]**, protocolado e numerado **[feito]**, contendo a autorização respectiva **[feito]**, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa **[o Edital]**, e ao qual serão juntados oportunamente:

- I. edital ou convite e respectivos anexos, quando for o caso **[feito]**;
- II. comprovante das publicações do edital resumido, na forma do art. 21 desta Lei, ou da entrega do convite **[existem]**;
- III. ato de designação da comissão de licitação do leiloeiro administrativo ou oficial, ou do responsável pelo convite **[feito]**;
- IV. original das propostas e dos documentos que as instruírem **[existem]**;
- V. atas, relatórios e deliberações da comissão julgadora **[feito]**;
- VI. pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade **[feito]**;
- VII. atos de adjudicação do objeto da licitação e da sua homologação **[só adjudicação]**;
- VIII. recursos eventualmente apresentados pelos licitantes e respectivas manifestações e decisões **[existem]**;
- IX. despacho de anulação ou de revogação da licitação, quando for o caso, fundamentado circunstanciadamente **[não se aplica ao caso]**;
- X. termo de contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso **[ainda não alcançou este estágio]**;
- XI. outros comprovantes de publicações **[existem]**;
- XII. demais documentos relativos à licitação **[existem]**.

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração **[feito]**.

Relativamente à fase interna, Marçal Justen Filho indica que ela se destina a:

- a) verificar a necessidade e a conveniência da contratação de terceiros **[não há necessidade]**;
- b) determinar a presença dos pressupostos legais para a contratação (inclusive a disponibilidade de recursos orçamentários) **[feito]**;
- c) determinar a prática de prévios indispensáveis à licitação (quantificação das necessidades administrativas, avaliação de bens, elaboração de projetos básicos etc.) **[feito]**;
- d) definir o objeto do contrato e as condições básicas de contratação **[feito]**;
- e) verificar os pressupostos básicos da licitação, definir a modalidade e elaborar o ato convocatório da licitação **[feito]**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA
Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A supracitada Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública determina em seu Art. 40, quais os requisitos a serem observados pela mesma quando da elaboração do Edital, *in verbis*:

Art. 40. - O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

I - objeto da licitação, em descrição sucinta e clara **(feito)**;

II - prazo e condições para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos, como previsto no art. 64 desta lei, para execução do contrato e para entrega do objeto da licitação **(feito)**;

III - sanções para o caso de inadimplemento **(feito)**;

IV - local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico **(feito)**;

V - se há projeto executivo disponível na data da publicação do edital de licitação e o local onde possa ser examinado e adquirido **(feito)**;

VI - condições para participação na licitação, em conformidade com os arts. 27 a 31 desta lei, e forma de apresentação das propostas **(feito)**;

VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos **(feito)**;

VIII - locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto **(feito)**;

IX - condições equivalentes de pagamento entre empresas brasileiras e estrangeiras, no caso de licitações internacionais **(feito)**;

X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48. (Redação da LEI Nº 9.648, DE 27 DE MAIO DE 1998) **(feito)**;

XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela **(feito)**;

XII - (vetado);

XIII - limites para pagamento de instalação e mobilização para execução de obras ou serviços que serão obrigatoriamente previstos em separado das demais parcelas, etapas ou tarefas **(não se aplica ao caso)**;

XIV - condições de pagamento, prevendo **(feito)**:

a) prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;

b) cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros;

c) critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento;

d) compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos;

e) exigência de seguros, quando for o caso;

XV - instruções e normas para os recursos previstos nesta lei **(feito)**;

XVI - condições de recebimento do objeto da licitação **(feito)**;

XVII - outras indicações específicas ou peculiares da licitação;

§ 1º O original do edital deverá ser datado, rubricado em todas as folhas e assinado pela autoridade que o expedir, permanecendo no processo de licitação, e dele



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA
Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

extraindo-se cópias integrais ou resumidas, para sua divulgação e fornecimento aos interessados.

§ 2º Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante:

I - o projeto básico e/ou executivo, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos;

II - orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários;

III - a minuta do contrato a ser firmado entre a administração e o licitante vencedor;

IV - as especificações complementares e as normas de execução pertinentes à licitação.

In casu, o **PROCESSO Nº 2022.03.08.0012, de 08/03/2022**, está em consonância com as disposições acima citadas.

Por derradeiro, vale ressaltar que a competência para presidir a presente licitação é da **Comissão de Licitação do Município de Anajatuba/MA**, pois foi atribuída a esta a realização de processos licitatórios, dispensas, inexigibilidades, inclusive de interesse de seus órgãos desconcentrados e entidades vinculadas.

III – CONCLUSÃO

ANTE O EXPOSTO, verifica-se que o processo administrativo ora analisado, até o presente momento, sobretudo a minuta do edital e seus anexos, está em consonância com os ditames da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Federal nº 10.520/2002, do Decreto Federal nº 3.555/00 e do Decreto Federal nº 5.450/2005 que tratam da modalidade de licitação denominada Pregão Eletrônico, razão pela qual esta Procuradoria Geral do Município **opina pela sua aprovação, ressalvada as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, que são de inteira responsabilidade do setor a quem competiu sua elaboração e aprovação.**

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ANAJATUBA/MA, 27 DE OUTUBRO DE 2022.

ANDRÉ LUÍS MENDONÇA MARTINS
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
Matrícula nº 13.109/2017/OAB/MA

ANDRÉ LUÍS MENDONÇA MARTINS

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

OAB/MA 13.109